

O português da Galiza precisa de ação política decidida

Celso Alvarez Cáccamo

Agosto 2022

O português, a língua histórica da nação da Galiza no Estado Espanhol — língua que na Galiza mesma é mais comumente chamada de “galego” pelas suas origens e o seu valor identitário — não é, de maneira nenhuma, uma “língua pequena” na lógica predadora da dominação linguística. De facto, na Galiza o português foi sem interrupção a língua majoritária até hoje. Porém, é indubitável que o português da Galiza está socialmente minorizado pelo espanhol (por empregar terminologia sociolinguística clássica) e está a experimentar hoje um rápido processo de deslocamento e perda linguística que, se não se derem inesperadas mudanças sociopolíticas, só a decidida ação política coletiva estaria em condições de reverter.

Como em muitos processos de mudança linguística, os dados sociolinguísticos da situação galega são aparentemente contraditórios. Por uma parte, o galego está reconhecido legalmente como a língua da Comunidade Autónoma (“A língua própria da Galiza”, art. 5.1 do Estatuto de Autonomia de 1981) e é plenamente cooficial com o espanhol para todos os propósitos (art. 5.2). Porém, ainda persistem obstáculos para a implementação prática da oficialização, por exemplo no mais relutante domínio do sistema judicial. O galego é ensinado em todos os níveis educativos obrigatórios, do primário ao secundário, embora sob uma norma padrão castelhanizada. Consoante a *Lei de Normalización Lingüística* (LNL) de 1981, votada unanimemente no parlamento galego, no final do ensino obrigatório todo o estudentado deveria ter igual competência em galego e em espanhol. Porém, o grau de competência no galego formal nunca alcançou, de forma geral, o do espanhol. Em termos de usos sociais, o galego desfruta de presença escrita como em nenhum outro período, e está vivo nas redes sociais. Mas, de novo, a perda ou desgaste linguístico por pressão do espanhol é notável. Quanto aos meios de comunicação, os únicos canais de televisão que operam totalmente em galego são as duas estações da Televisão Galega, TVG1 e TVG2, da corporação pública CRTVG. Por último — de maneira crucial — os dados macrossociolinguísticos indicam que a transmissão intergeracional do português galego continua a perder terreno frente ao espanhol mesmo nos espaços tradicionais daquele, isto é, o campo e as regiões pesqueiras. De facto, se esta tendência continuar o galego chegará a ser residual nas próximas décadas, embora talvez mantendo vitalidade apenas entre setores políticos e intelectuais ideologizados.

Poderia argumentar-se que esta situação patenteia o fracasso das políticas de “normalização” linguística que, aparentemente, todo o espectro parlamentar galego tinha abraçado unanimemente, tanto com a LNL quanto com o *Plan Xeral de Normalización da Lingua Galega*, (PXNLG, 2004). Porém, existem razões para pensar que as elites económicas apoiam a lógica da mercantilização capitalista de toda a vida social pela qual mesmo as línguas são vistas como pseudomercadorias sujeitas à troca por mobilidade social, prestígio ou poder simbólico. Neste sentido, parece que o galego está a perder a batalha da pseudomercantilização contra o poderoso espanhol. Em contraste com o País Basco ou a Catalunha, na Galiza não está presente uma direita nacionalista que pudesse

apropriar-se do teórico valor da língua para essa miragem capitalista chamada de "mobilidade social ascendente" ou normalidade burguesa. O nacionalismo galego é mais forte na esquerda, representada pela coligação Bloco Nacionalista Galego (BNG), cujo partido central, a comunista União do Povo Galego (UPG), teoricamente trabalha pela independência e o socialismo. Portanto, signifique o que significar a expressão "normalização linguística" de maneiras variadas, é evidente que não significou o mesmo para a esquerda nacionalista e para o conservador e regionalista Partido Popular, que tem sido hegemónico na Galiza durante a maior parte dos 44 anos de sistema autonómico enquanto defende os interesses das burguesias de afiliação espanhola.

De facto, quando o PP voltou ao poder galego em 2009, após um breve período de governo numa coligação entre o Partido Socialista da Galiza e o BNG, uma das suas primeiras medidas foi desmantelar as políticas educativas que promoviam a presença do galego no ensino pré-escolar e garantiam pelo menos 50% de ensino em galego nos níveis obrigatórios primário e secundário. Por outras palavras, a hipótese de um sistema educativo que pudesse favorecer o estabelecimento de redes sociais galegofonas potencialmente persistentes entre as gerações mais jovens ameaçava a lógica das elites sobre a relação entre línguas e estratificação social. Um dos resultados adversos da nova política linguística do PP é que hoje mesmo há matérias, como a Matemática, que por lei não podem ser ensinadas em galego.

Em íntima ligação com a crise da língua, sem dúvida, está a ideologia político-linguística dominante que se afasta da visão tradicional do galego como uma forma de português. Ao tentar separar o galego do português, a ideologia castelhanista consegue criar o efeito da sua própria teoria: que o minorizado galego, embora indubitavelmente "autêntico" e "belo", seria inútil para a vida económica moderna.

No outro lado do espectro ideológico-linguístico, a proposta reintegracionista de uma norma padrão para a Galiza essencialmente idêntica ou muito semelhante à do português internacional, por meio de entidades como a Academia Galega da Língua Portuguesa ou a Associação Galega da Língua, atrai cada vez mais setores jovens e ativos. Mas o reintegracionismo em si, ao totemizar também em ocasiões a Lusofonia e um indefinido "mercado linguístico", nem sempre oferece um modelo alternativo capaz de desafiar a pseudomercantilização que fundamenta a perda do idioma.

Por tudo isto, é precisa uma abordagem substancialmente diferente em vários níveis coordenados se o alvo é a manutenção do português da Galiza. A ação política e a ideologia linguística devem conjugar, simultaneamente, a plena reintegração do galego como parte da língua portuguesa no seio do amplo mundo lusófono e a vontade política coletiva para a autodeterminação nacional e a independência da Galiza. Em resumo, é necessária uma nova paisagem social e ideológica no caminho da igualdade, sem pressões materiais para a assimilação e perda linguísticas.

E este esforço requer também a atenção dos setores conscientizados no próprio Portugal, pois é o futuro de uma parte da sua própria língua que está em jogo. A crise sociolinguística da Galiza, como outros conflitos sociais no estado espanhol, é um assunto internacional.

Celso Alvarez Cáccamo é professor de Linguística na Universidade da Corunha e membro da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Published by ICEC - International Commission of European Citizens.